

EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS E DESAFIOS A SEREM SUPERADOS NA CONTEMPORANEIDADE PELOS ALUNOS DE 4 A 17 ANOS

CASTRO, Luzia Helena Vieira de¹
CARDOSO, Josiane Moreira²

RESUMO

A educação é direito de todos, independentemente do local onde residem (campo ou cidade). Diante disso, o presente artigo é um levantamento bibliográfico de natureza básica, que teve como objetivo compreender as conquistas e os desafios a serem superados na contemporaneidade pelos alunos de 4 a 17 anos que residem no campo para ter acesso à educação de qualidade e permanecer na escola. Para tanto, foram utilizados dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/96), Decreto n. 7.352/2010; e autores como Arroyo (1999); Fonseca; Paz (2012), Molina (2016), e outros. A partir dos dados obtidos foi possível verificar que, apesar de legislações e documentos da educação versar que os alunos do campo devem ser atendidos no espaço onde vivem, a realidade é bem contraditória, pois o que se vê são inúmeras escolas do campo deixando de funcionar, ficando os alunos assim desassistidos, e para não parar de estudar, os mesmos enfrentam inúmeros desafios ao frequentar as escolas da zona urbana, como ter um ensino fora realidade do campo; passar várias horas dentro do veículo de transporte; além de serem submetidos a situações de risco e desconforto, pois muitos veículos estão sucateados e não possuem o básico, como cinto de segurança, estofamento nos bancos, ar condicionado, e outros; sem falar que as vias de circulação não são pavimentadas na maioria das vezes, tendo que enfrentar poeira na seca e atoleiros em período chuvoso, etc., que são fatores que influenciam significativamente no rendimento escolar dos alunos, podendo acarretar até mesmo em evasão. Nas considerações finais, destaca-se a necessidade de novas políticas pública voltadas para a Educação do Campo, bem como a concretização das já existentes, de modo a efetivar o direito de estudar com dignidade.

Palavras-chave: Educação do Campo. Trajetória. Conquistas. Desafios. Alunos de 4 a 17 anos.

ABSTRACT

Education is a right for everyone, regardless of where they live (countryside or city). Therefore, the present article is a bibliographic survey of a basic nature, which aimed to understand the achievements and challenges to be overcome in contemporary times by students aged 4 to 17 who live in the

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade à Distância, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Iporá, Polo Iporá. Email: luzia.vieira@estudante.ifgoiano.edu.br

² Mestra em Química pelo Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ) da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (2017); Especialista em Práticas Assertivas em Didática da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2020); Graduada em Licenciatura em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Iporá (2014); Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade São Marcos (2017). Atualmente participa de vários projetos de pesquisa e extensão na área da Educação e do Direito. Também é Professora Mediadora da Rede Municipal de Iporá-GO; Professora Orientadora de TCC do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade à Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Iporá; Acadêmica do curso de Pós-Graduação em Ensino Híbrido para uma Educação Inovadora: da Educação Infantil ao Ensino Superior – UniAraguaia. Membro colaboradora da ação de extensão "Ensino de Ciências para crianças na divulgação científica em parques da ciência", e Bacharelanda em Direito pela Universidade Estadual de Goiás - Unidade de Iporá. E-mail: josiane_cardoso08@hotmail.com

countryside to have access to quality education and remain in the school. To this end, legal provisions were used, such as the Federal Constitution of 1988, Law on National Education Guidelines and Bases (LDB, Law n. 9.394/96), Decree n. 7.352/2010; and authors such as Arroyo (1999); Fonseca; Paz (2012), Molina (2016), and others. Based on the data obtained, it was possible to verify that, despite legislation and education documents stating that rural students must be served in the space where they live, the reality is quite contradictory, since what is seen are numerous rural schools failing to function, leaving the students unattended, and in order not to stop studying, they face numerous challenges when attending schools in the urban area, such as having a teaching outside the reality of the countryside; spend several hours inside the transport vehicle; in addition to being subjected to risky and uncomfortable situations, as many vehicles are scrapped and do not have the basics, such as seat belts, seat upholstery, air conditioning, and others; not to mention that the roads are not paved most of the time, having to face dust in the dry season and quagmire in the rainy season, etc., which are factors that significantly influence the school performance of students, and can even lead to dropout. In the final considerations, the need for new public policies aimed at Rural Education is highlighted, as well as the implementation of existing ones, in order to implement the right to study with dignity.

Keywords: Rural Education. Trajectory. achievements. Challenges. Students aged 4 to 17 years.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino que garante a população do campo o acesso e a permanência em escolas próximas de onde residem, visando respeitar a identidade e a cultura local. Nesse contexto, o Plano Nacional de Educação (PNE) prevê o atendimento da população de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental (anos iniciais).

No entanto, quando as crianças finalizam o Ensino Fundamental (anos iniciais), as mesmas são obrigadas a se deslocarem do campo para a cidade, a fim de dar continuidade aos estudos. Além disso, nos últimos anos tem-se observado o fechamento de inúmeras Escolas do Campo, o que torna a situação ainda mais complexa para os alunos e seus familiares.

Para ter acesso à educação e viver com dignidade, as crianças e adolescentes enfrentam diversos desafios, como optar pelo estudo no período vespertino, pois é mais viável, visto que, precisam sair de seus lares com várias horas de antecedência para chegar na escola antes das aulas iniciarem.

Também se destaca, o fato de que as mesmas correm risco de morte todos os dias, pois as rodovias são locais propícios a acidentes, e em alguns transportes não há sequer cintos de segurança; além do mais, o trajeto não é confortável, pois em alguns casos, os bancos não são reclináveis e não possuem estofamentos adequados para que os mesmos descansem ao longo do percurso; sem falar que,

durante a seca os alunos sofrem com as poeiras, e durante as chuvas, com os atoleiros.

Ressalta-se que, em alguns transportes não há ar-condicionado, com isso as janelas precisam ficar abertas, fazendo com as crianças e adolescentes se sujem, sendo necessário levar peças de roupas e/ou sapatos para a escola, e se trocarem antes de entrar para a sala de aula, e quando chegam na escola vivenciam uma realidade que é fora do cotidiano do campo, dentre outros.

Portanto, as crianças e adolescentes moradoras do campo possuem uma trajetória escolar diferenciada das crianças e adolescentes da zona urbana, por inúmeros fatores, mas os fatores mais significativos são o ensino fora da sua realidade, a distância que precisam percorrer, os riscos que as mesmas enfrentam no percurso utilizando o transporte escolar e o desgaste físico e emocional.

Neste contexto, por que não oferecer um ensino que aproxime da realidade das crianças e adolescentes? Por que não proporcionar um mínimo de conforto para que as mesmas tenham prazer em estudar? Diante dessas indagações, cabe ao governo elaborar novas políticas pública voltadas para a Educação do Campo, bem como a concretização das já existentes, de modo a minimizar ou erradicar os impactos negativos ocasionados na vida dos alunos e contribuir para a efetivação do direito de estudar com dignidade.

Sendo que, a melhor forma de resolver o problema seria ofertar a educação no próprio campo, porém, o governo tem ido à contramão dessa realidade fechando as Escolas do Campo já existentes, com a justificativa de que esse é melhor caminho a seguir.

Este trabalho surgiu a partir da necessidade de buscar conhecimento sobre a Educação no Campo, pois nesse espaço existem sujeitos de direito que precisam ser vistos pelos pelo poder público, não como um fardo, mas como uma parte da sociedade esquecida que são obrigados a viver outras culturas, diferentes de sua realidade do campo.

Nos últimos anos foi expressivo o número de Escolas do Campo que foram fechadas, e as lutas de massas e movimento social estão presenciando um retrocesso na educação, em especial na do Campo. Nesse viés, o objetivo deste artigo foi compreender as conquistas adquiridas através de muita luta e os desafios que os alunos do campo de 4 a 10 anos enfrentam na contemporaneidade para a concretização do direito de estudar com dignidade.

Diante disso, o presente artigo tratará nos próximos tópicos sobre as concepções de Paulo Freire e Miguel Arroyo sobre a Educação do Campo; legislações e programas que representam conquistas na trajetória da Educação do Campo. Também, apresentará alguns dos desafios que os alunos de 4 a 17 anos que residem no campo enfrentam para ter acesso à educação de qualidade e permanecer na escola. Por fim, será apresentado dados sobre a realidade da cidade de Santa Helena de Goiás em relação a quantidade de Escolas do Campo.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS E DESAFIOS A SEREM SUPERADOS NA CONTEMPORANEIDADE PELOS ALUNOS DE 4 A 17 ANOS

2.1 Concepções de Paulo Freire e Miguel Arroyo sobre a Educação do Campo

Vários teóricos defendem a Educação do Campo, dentre eles, Paulo Freire e Miguel Arroyo. O que Freire chama de Pedagogia do oprimido e do opressor, Arroyo chama de Pedagogia da dominação e da subalternização.

Segundo Paulo Freire *apud* Molina (2016, p. 805 a 828), a Educação do Campo se constitui a partir de diversos acúmulos de conhecimento em relação à educação junto aos trabalhadores e trabalhadoras, neste caso específico aos povos de campo, das águas e das florestas. Há um respeito e troca diversa de experiência de vida entre os trabalhadores e o meio que os cerca.

Freire (2014) *apud* Molina (2016) evidencia em seus princípios políticos e pedagógicos a preocupação com o papel da educação em instrumentalizar os sujeitos, para que estes possam refletir sobre a sua própria condição de sujeito massificado e explorado. Para isso se ampara principalmente no conceito de “sujeito inacabado”, que pode buscar mudanças, ser a mudança, não se acomodar, libertar-se, conscientizar-se na relação com o outro e com o meio.

A conscientização se inicia pelo processo de alfabetização. E o diálogo se torna peça fundamental para a construção de novos sujeitos históricos e de novas consciências, como percebemos na obra “Educação e Mudança”. A educação não é apenas a junção da aprendizagem por meio do conteúdo, mas a socialização e o desenvolvimento do indivíduo.

Freire (2014) *apud* Molina (2016) desenvolve uma práxis que possibilita a formação crítica da classe trabalhadora e não apenas como massa de manobra. Além disso, questiona fortemente a ideia de menosprezar a cultura da valorização dos ideais de acordo com o que faz parte da vivência. Assim,

Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. E o método que lhe propicia essa aprendizagem comensura-se ao homem todo, e seus princípios fundam toda pedagogia, desde a alfabetização até os mais altos níveis do labor universitário. A educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana. A educação reproduz, assim, em seu plano próprio, a estrutura dinâmica e o movimento dialético do processo histórico de produção do homem. Para o homem, produzir-se é conquistar-se, conquistar sua forma humana. (FREIRE, 1987, p. 14).

Portanto, para Paulo Freire, quando o ser humano assume sua essência é capaz de descobrir o infinito na forma humana, desde a descoberta da alfabetização até a estrutura dentro de uma universidade.

Além disso, Paulo Freire (1987, p. 14) enfatiza o método de cultura popular: conscientiza e politiza. Não absorve o político no pedagógico, mas também não põe inimizade entre a educação e a política. Na cultura popular de Freire, a educação e a política têm seguido caminhos com a mesma direção sem distinção de querer uma passar há frente da outra.

Não tem a ingenuidade de supor que a educação, só ela, decidirá dos rumos da história, mas tem, contudo, a coragem suficiente para afirmar que a educação verdadeira conscientiza as contradições do mundo humano, sejam estruturais, superestruturais ou inter-estruturais, contradições que impellem o homem a ir adiante. As contradições conscientizadas não lhe dão mais descanso, tornam insuportável a acomodação. Um método pedagógico de conscientização alcança últimas fronteiras do humano. E como o homem sempre se excede, o método também o acompanha. E “a educação como prática da liberdade” (FREIRE, 1987, p. 14).

Conforme Paulo Freire, a educação é fundamental para que ocorra a libertação do indivíduo, pois a partir dela é possível vencer as contradições que o meio impõe, sejam estruturais, superestruturais ou inter-estruturais.

De acordo com Miguel Arroyo (1999), “Não separemos o direito à educação dos demais”. A educação é a socialização do todo que infere o trabalho e o desenvolvimento do homem no meio que vive.

Não basta apenas dizer que o trabalho, os movimentos sociais e as vivências com a terra e no campo educam. Todas estas coisas somadas a humanização dos sujeitos, ressignificam e produzem vida e novos sujeitos. Arroyo destaca que os currículos escolares necessitam valorizar a cultura dos sujeitos, pois ela é um modo de produzir e viver (ARROYO, 1999).

Arroyo (1999) contribui afirmando que, os diferentes aprendizados se dão em meio das lutas sociais. A dimensão atual destes saberes sociais proporcionados pelo conhecimento construído no coletivo, no dia a dia se dá entre os movimentos sociais do campo e da cidade em diferentes proporções, e a escola necessita ser espaço de extensão desses saberes da luta, destas vivências e destas práticas pedagógicas. Desse modo, a Educação do Campo representa a vivência do homem quanto as diferentes culturas e construção dos saberes por meio das experiências e vigência do conhecimento sem discriminação ao que é vivenciado pelo homem.

Diante do arcabouço apresentado, verifica que tanto Paulo Freire, quanto Miguel Arroyo relacionam a prática pedagógica ao trabalho do homem, sendo a educação, a terra e o trabalho processos formadores de emancipação e resistência.

2.2 Legislações e programas que representam conquistas na trajetória da Educação do Campo

Diante da compreensão de que existem uma pluralidade de cidadãos, e que a educação é um direito que deve ser assegurado a todos, indistintamente, os alunos que residem no campo têm o direito de receber uma educação de qualidade.

Na contemporaneidade, nos espaços formais e informais de produção de conhecimento, é urgente a necessidade de intervenções que proponham reflexões voltadas para a resolução de problemas que eventualmente possam suscitar questionamentos sobre as abordagens teóricas da Educação do Campo, a partir de uma perspectiva histórica, dialógica e crítica.

O projeto Educação do Campo originou-se no final do século XX, a partir de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos Sindicatos, que pressionaram o governo com reivindicações de uma educação de qualidade no campo. Assim, as Escolas do Campo são frutos de muitas lutas e resistência de mobilizações sociais, cuja finalidade é assegurar as crianças e adolescentes do

campo o acesso à educação e a permanência nas escolas, de acordo com sua realidade social, econômica e política (FONSECA; PAZ, 2012).

O artigo 205 da Constituição Federal prevê que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”. Desse modo, o direito social à educação remete a todas as pessoas, incluindo as que moram no campo, sendo dever do Estado, da família e da sociedade, assegurar a efetivação desse direito. O referido artigo enfatiza também que, a educação tem como finalidade promover o “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

A Resolução CNE/CEB n. 02, de 28 de abril de 2008, em seu artigo 1º conceitua Educação do Campo e especifica as populações rurais a que se destinam:

Art. 1º A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. (BRASIL, 2008).

Com as lutas das massas, teve-se a implementação de políticas públicas e criação de programas para atuar no campo. Sendo eles os seguintes: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de Apoio a Formação Superior em Educação do Campo (PROCAMPO) e Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).

O PRONERA é uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária pelo governo brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o mundo rural como território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, políticas, culturais e éticas (SANTOS; SILVA; SOUZA, 2013).

Em 2010, por meio do Decreto n. 7.352, a Educação do Campo passou a ser desenvolvida com maior atenção através do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). O referido decreto também especifica quem são as populações do campo e define as características da escola para ser considerada Escola do Campo:

Art. 1º. § 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: I - Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010).

Desse modo, a escola não precisa estar situada na zona rural para ser considerada Escola do Campo, ou seja, uma escola urbana que atende predominantemente população do campo é considerada uma Escola do Campo.

Gómez (2012), compreende a escola como um espaço de diversidade cultural, onde essas várias culturas se entrelaçam e isso que lhe imprime identidade, autonomia e teria a finalidade de mediar, de forma reflexiva, os vários conhecimentos ali existentes, divididos e compartilhados.

De acordo com Forquin (1993, p. 197) “[...] existe uma relação íntima, orgânica entre educação e cultura, considerando a escola como “mundo social” com características e vida próprias, o que ele nomeia de cultura de escola”.

Introduzir o modelo da Educação Urbana para os alunos do campo reforça preconceitos e estereótipos dentro da sociedade brasileira. Na conjuntura atual, o movimento social de defesa do campo não é apenas uma concentração geográfica e sim cultural. Pinheiro (2007, p. 8), ressalta que,

A expressão educação rural está relacionada em uma postura encadeada pela concepção positivista, mercadológica, competitiva, capitalista, na qual a política de educação direciona para uma formação pragmática, que instrui o indivíduo para desenvolver atividades no mundo do trabalho. Transforma a força de trabalho humana em objeto, coisa, mercadoria. É a “coisificação” e desumanização do sujeito (PINHEIRO, 2007, p. 8).

Desse modo, a expressão “Educação Rural” não contempla todos desdobramentos de lutas sociais, por isso é preferível utilizar o termo “Educação do Campo”, apesar de que, o serviço latifundiário permanece.

Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações (CALDART, 2004, p. 13).

Assim, o envolvimento de todos no processo educativo e a valorização cultural dos contextos do campo são fatores cruciais para uma educação prática e teórica, que dialoga entre a especificidade local e a ciência. Portanto, é importante incentivar pais, professores e alunos a discutir as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo, de modo a fortalecer as políticas já existentes e incentivar novas propostas, para assim proporcionar as crianças e adolescente um ensino de qualidade que contemple a sua identidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei 9.394/96, representou um avanço com relação à Educação do Campo, pois foi o primeiro documento a tratar especificamente da Educação Rural no que se refere a modalidade, currículo, metodologia, organização das escolas, calendário escolar e outros. O artigo 28 da referida lei dispõe que,

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Além disso, o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê que os currículos da Educação Básica deverão ter base nacional comum, contudo, poderá complementar com uma parte diversificada, de modo a atender as particularidades regionais e locais da sociedade (BRASIL, 1996).

O campo é a sua referência, por isso a Educação do Campo é uma forma de garantir aos alunos a preservação de sua cultura; ampliação do conhecimento, partindo do seu conhecimento prévio; permanência do indivíduo no campo e fontes; resgate de cultura; e outros.

Os interesses de uma educação que pauta e contextualiza a realidade do indivíduo, proporcionando ao mesmo confiança em participar de forma efetiva das aulas, realizando perguntas, se envolvendo em projetos e outras, que contribuem para uma aprendizagem significativa, dinâmica, prazerosa, duradoura e efetiva, como por exemplo, em atividades que envolve a produção de hortas, o cuidado com o solo, ar, água, animais, vegetais e outros.

Nesse sentido, a produção de conhecimento nas Escolas do Campo pode ocorrer por meio de práticas específicas do local, memórias, identidades e histórias vividas por sujeitos que conseguem se expressar para superar a opressão e as diversas barreiras relacionadas ao analfabetismo, fome e projetos de carência. De acordo com o artigo 1º, § 4º do Decreto n. 7.352/2010,

Art. 1º. § 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo. (BRASIL, 2010).

Nesse viés, verifica-se a necessidade de preparo dos profissionais para atuar na Educação do Campo, pois na maioria dos casos, o professor trabalha em salas multisseriadas. Além disso, a Educação do Campo é concretizada mediante investimentos em infraestrutura, transporte, materiais, livros didáticos, equipamentos, e outros, de modo a atender as particularidades da realidade local, a diversidade de populações e as necessidades do processo educativo.

Vale a pena ressaltar que, a Pedagogia da Alternância está prevista no inciso II do artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); também no artigo 7º, inciso III do Decreto n. 7.352/2010: “III - organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.” (BRASIL, 2010).

Sendo, a Pedagogia da Alternância um método que entrelaça espaço e tempo em diferentes situações, e neste ocorre alternância de vivências entre trabalho e escola, ou seja, no trabalho o aluno coloca em prática suas experiências escolares e vice-versa, a fim de ocorra a sua formação integral (MEPES, 2022).

Assim, a Escola do Campo tem papel fundamental para o desenvolvimento das comunidades rurais, fornecendo possibilidade de maior integração social, cultural e econômica.

Também cabe destacar que, muitas foram as conquistas da população do campo, dentre elas, a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foi a primeira legislação a ter um olhar voltado para a população do campo, bem como o Decreto n. 7.352/2010; a criação de programas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Programa de Apoio a

Formação Superior em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), dentre outros. Contudo, nos últimos anos observa-se um retrocesso na Educação do Campo, sendo alguns dos desafios descritos no próximo tópico.

2.3 Desafios da Educação do Campo a serem superados na contemporaneidade pelos alunos de 4 a 17 anos

As políticas públicas voltadas para a Educação são limitadas, e para a Educação Campo a situação é ainda mais complexa, pois o financiamento e os investimentos por parte do Estado em geral, são insignificantes.

Também destaca a dificuldade de encontrar professores formadores capacitados e familiarizados com ações específicas da Educação do Campo, tendo em vista que, a maioria das salas de aula são multisseriadas e o professor precisa exercitar o trabalho interdisciplinar.

Além disso, a maioria dos professores não tem conhecimento e vivências sobre as especificidades do campo, como questões que envolvem os processos em disputa no campo brasileiro, diferentes visões de modelo de desenvolvimento e de agricultura, e outros. Essa dificuldade é devida à própria estrutura e currículos encontrados nos cursos de formação de professores, onde a padronização, disciplinarização, fragmentação e a homogeneização vigora na maioria das Instituições de Ensino Superior brasileiras (BRASIL, 2014).

A moradia do professor no campo consiste no elo de ligação e institucionalização dos recursos que beneficiam as atividades do campo quanto a referência da residência agrária que vem beneficiar cada um no seu campo de atuação e desenvolvimento.

É importante compreender os desafios que o Programa de Apoio a Formação Superior em Educação do Campo (PROCAMPO) e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) enfrentam como política pública em resposta às tensões construídas nas relações com os movimentos sociais camponeses e o Estado.

Nos últimos anos, muitas práticas educativas surgiram em todo o país, oriundas de organizações rurais e movimentos sociais. Sob a pressão das massas, o

Estado deve reconhecer essas experiências e formular políticas públicas rurais específicas para que essas práticas educativas sejam promovidas e reconhecidas pela sociedade.

A política de fechamento de Escolas do Campo em todo o país tem sido de forma sistemática, desde a década de 1980 até o presente momento. Fechar Escolas do Campo e usar o Transporte Escolar Rural (TER) para se deslocar do Campo para a cidade. A Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT), definiu que o Transporte Escolar Rural (TER) é “[...] aquele que ocorre dentro dos limites do município entre as áreas urbanas e rurais, ou somente dentro da área rural” (GEIPOT, 1995).

Contudo, esse deslocamento tem provocado diversas consequências na vida escolar dos alunos. Dentre elas, o fato de os alunos terem que sair de seus lares com antecedência, sendo que, estas horas poderiam ser utilizadas para momentos de descanso, lazer e outros.

Além do mais, dentro do transporte, os alunos são expostos a diversos perigos diários, pois as rodovias são locais propícios a acidentes, roubos, etc., sem falar das condições precárias do transporte, visto que, alguns não possuem cintos de segurança, poltronas reclináveis e com estofamentos adequados, ar condicionado e outros. As condições climáticas também interferem, pois em épocas de chuva são formados diversos atoleiros, e em secas, a poeira toma conta do ambiente, levando os alunos a se sujarem, e terem que trocar de roupa e/ou sapato antes de entrar para a sala de aula.

Como agravante, muitos sofrem *bullying* ao serem chamados de “caipiras”, “roceiros”, etc., pois as escolas da cidade não atendem o público com suas particularidades e costumes, inibido o seu pleno desenvolvimento. Todos esses fatores e outros fazem com as crianças e adolescentes se sintam desmotivadas a estudar, desencadeando baixo rendimento, repetência e até evasão escolar. Segundo Yunes; Szymanski (2012, p. 09),

O bullying é uma prática violenta e intencional praticada entre pares, com desigualdade de poder, que gera dor e sofrimento para todos os envolvidos. Essa forma de violência constitui ou alimenta uma condição de risco, que pode levar o indivíduo a apresentar desordens de diversos níveis; (YUNES; SZYMANSKI, 2012, p. 09).

O artigo 2º da Lei n. 13.185/2015, se estabelece como essas agressões podem ser evidenciadas:

Art. 2º. Caracteriza-se a intimidação sistemática (bullying) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda: I - ataques físicos; II - insultos pessoais; III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos; IV - ameaças por quaisquer meios; V - grafites depreciativos; VI - expressões preconceituosas; VII - isolamento social consciente e premeditado; VIII - pilhérias (BRASIL, 2015).

Assim, as crianças e adolescentes podem sofrerem *bullying* devido à cultura do local onde vivem, e isso pode desencadear desordem de diversos níveis (social, emocional, cultural, cognitivo, etc.).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) *apud* Menezes (2001), foram fechadas 80 mil Escolas no Campo entre 1997 a 2018. Essa informação resulta em 4 mil escolas desativadas por ano.

O estado de Goiás, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000 tinha 1.824 unidades em funcionamento, porém em 2015, esse número foi reduzido para 575 escolas com atividades. O estado de Goiás foi o estado que mais fechou Escola do Campo, comparado a nível nacional.

Diante do descaso em relação as Escolas do Campo, muitas crianças e adolescentes tem deixado de ter acesso à educação, conforme mostra a **Tabela 1**. Nesta é possível analisar os dados de acordo com as regiões do Brasil.

Tabela 1. População de 4 a 17 anos que não completou a Educação Básica e que está fora da escola

Regiões do Brasil	População de 4 a 17 anos que não completou a Educação Básica	População de 4 a 17 anos fora da escola	Percentual da população de 4 a 17 anos fora da escola
Norte	4.492.766	194.591	4,3
Nordeste	12.100.740	330.516	2,7
Sudeste	15.253.319	315.750	2,1
Sul	5.192.524	139.427	2,7
Centro-Oeste	3.289.560	116.184	3,5
BRASIL	40.328.908	1.096.468	2,7

Fonte: UNICEF (2019) *apud* FREITAS; FÉLIX (2019).

Ao analisar a **Tabela 1**, podemos verificar que as regiões nordeste e sudeste apresentaram os maiores números de pessoas de 4 a 17 anos que não completaram

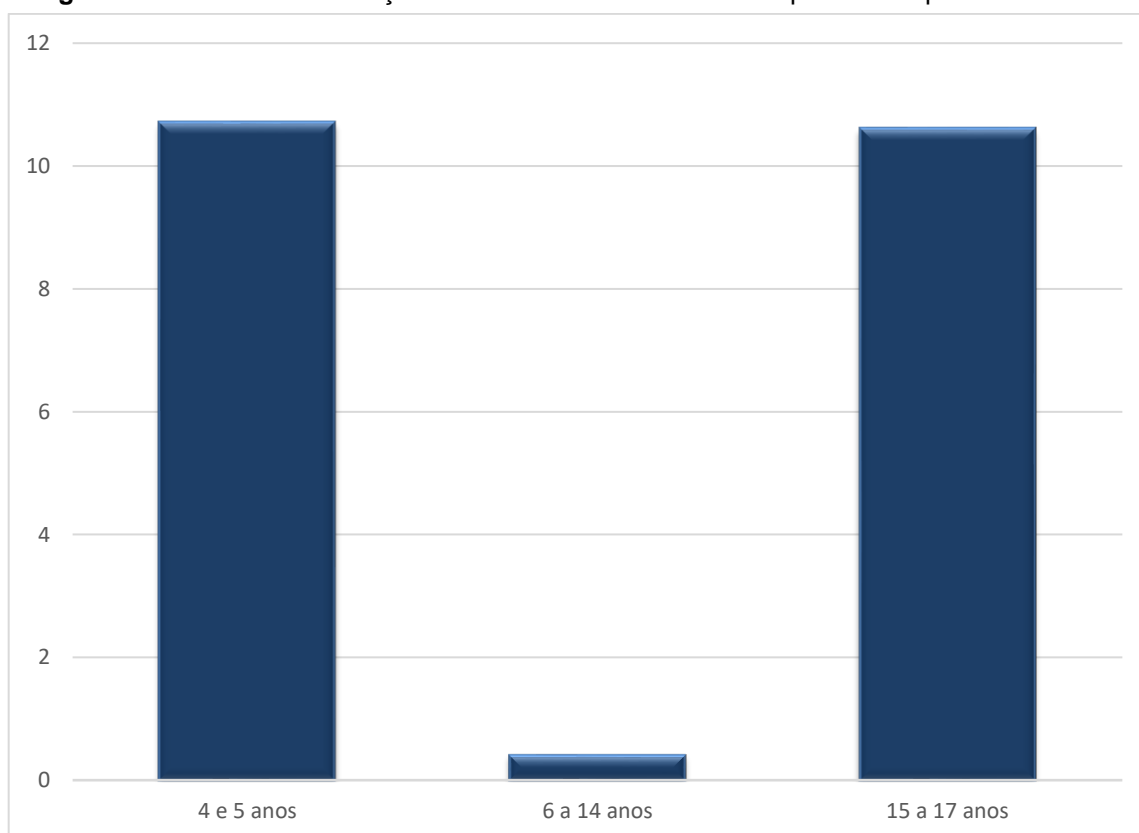
a Educação Básica e que estão fora da escola. Sendo que, no Nordeste e no Sudeste, respectivamente, (12.100.740) e (15.253.319) não completaram a Educação Básica, e (330.516) e (315.750) estão fora da escola.

Desse modo, o contexto histórico e social dos educandos deve ser analisado, a fim de atender suas particularidades e evitar o baixo rendimento, a repetência e a evasão escolar. Visto que, a evasão escolar contribui significativamente para o aumento das desigualdades sociais.

Apesar das inúmeras Escolas do Campo que foram fechadas, o Centro-Oeste foi a região que apresentou o menor número de população que não completou a Educação Básica (3.289.560) e que estão fora da escola (116.184).

Dados obtidos do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2021), mostram que várias crianças e adolescentes da zona rural sofrem exclusão escolar por não terem meios de acesso à escola (**Figura 1**).

Figura 1. Percentual de crianças e adolescentes da zona rural que não frequentam à escola



Fonte: (UNICEF, 2021)

De acordo com a UNICEF (2021), nessa amostragem não foram considerados na base de cálculos 549.466 jovens que possuem a faixa etária de 15 a 17 anos, mas que foram declarados concluintes do Ensino Médio. Sendo que, 148.026 deste total, ainda frequentam a escola e 401.440 não frequentam.

A partir dos dados expostos na **Figura 1**, podemos verificar que as crianças entre 4 e 5 anos corresponderam a uma porcentagem de 10,7% no número de total de crianças que estão fora da unidade escolar, juntamente com crianças de 6 a 14 anos, corresponde a 0,4%, e adolescentes entre 15 e 17 anos com 10,6%. A grande parte dessas crianças e adolescentes moram em áreas que estão isoladas, ou de difícil acesso, contribuindo assim para o aumento das desigualdades sociais.

Assim, percebe-se que as crianças que compreendem 4 e 5 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar, e em seguida, os adolescentes entre 15 e 17 anos. Nesse sentido, o governo deve manter e ampliar as Escola do Campo, incluindo a disciplina camponesa. Escolas do Campo próximas à comunidade é primordial para que as crianças e adolescentes tenham uma aprendizagem significativa, pois os longos percursos e todos os contratempos tornam a aprendizagem enfadosa.

A motivação para este estudo decorre do interesse em investigar os critérios e motivos que levaram o governo a fechar aleatoriamente milhares de Escolas do Campo, refletindo sobre os pressupostos conceito.

Desse modo, é preciso analisar o contexto atual para buscar possíveis soluções. Uma das formas é pensar a educação partir da classe trabalhadora, sob os princípios de uma educação emancipatória e uma concepção de vida que transcenda a desigualdade, por meio de um processo de diálogo.

O enfrentamento da pandemia do Covid-19 agravou ainda mais a situação, devido a não presença física dos professores, a falta de internet e aparatos tecnológicos, a falta de instrução de pais e responsáveis para auxiliar nas tarefas, e outros, sem falar dos desafios psicológicos que muitos enfrentaram ao ver seus amigos e familiares internado e muitos não resistindo a doença.

Diante do exposto, a educação desempenha um papel importante na formação de novos ideais empreendidos, tornando-se uma importante ferramenta na luta pela melhoria das escolas públicas, laicas e gratuitas. Portanto, garantir a educação faz parte de um processo de gestão pública e as evidências de cada elemento para o desenrolar do processo devem ser observados para que o direito à educação seja garantido e que seja realmente de qualidade.

2.4 Levantamento de dados sobre a realidade da cidade de Santa Helena de Goiás em relação a quantidade de Escolas do Campo

O município de Santa Helena de Goiás tem uma população estimada de 38.808 habitantes (SANTA HELENA DE GOIÁS, 2022). Para atender à demanda, o município tem trinta (30) unidades escolares dentre as particulares e públicas, porém nenhuma delas está localizada na zona rural, ou seja, as escolas estão centralizadas apenas na zona urbana. De acordo com os dados do Instituto de Geografia e Estatística, o município citado tinha em 2010 uma taxa de escolarização de 97,3% de alunos de 6 a 14 anos de idade (PORTAL MELHOR ESCOLA, 2022; IBGE, 2022).

Os alunos que moram na zona rural e estudam na zona urbana precisam se deslocar até a cidade de Santa Helena para estudar, sendo necessário sair de suas residências com bastante antecedência. O trajeto é relativamente curto, porém com muitos perigos e desconfortável, pois em período de chuva formam muitos atoleiros e na seca poeira.

Geralmente, quando os alunos chegam na escola, seus uniformes estão sujos dos bancos e cintos de segurança do veículo, além disso, chegam cansados e desanimados, o que ocasiona baixo rendimento, repetência e até mesmo evasão escolar.

Caso a escola fosse na zona rural, parte desses desafios seriam minimizados ou eliminados, pois as crianças e adolescentes teriam seus direitos garantidos, como o currículo de acordo com a sua cultura, tempo para ficar com seus familiares, brincar, descansar, estudar, de outros.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente artigo é uma pesquisa bibliográfica básica, de cunho qualitativo e quantitativo. Para tanto, buscou-se aportes em livros, artigos científicos, dissertações, legislações, sites e outros, para compreender as conquistas e os desafios a serem superados na contemporaneidade pelos alunos de 4 a 17 anos que residem no campo para ter acesso à educação de qualidade e permanecer na escola. Também foi feito

um levantamento de dados sobre a realidade da cidade de Santa Helena de Goiás em relação a quantidade de Escolas do Campo.

Destarte, os procedimentos utilizados foram pesquisa, leitura e análise de dados que tratam sobre a Educação do Campo, bem como suas conquistas e desafios. Assim, foi possível coletar informações e abordar o tema com maior clareza, pois dados diversos serviram como apoio teórico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um contexto social, pois com as suas várias formas de atender ao educando faz com que o desenvolvimento e a praticidade sinalizem de modo profícuo a cultura de um cidadão ao longo de sua forma de construção da aprendizagem quanto ao que facilita seu desempenho.

Diante disso, os conhecimentos e as tradições do campo estão ficando no passado. Nesse viés, é necessário trazer a escola até o aluno, e não levar o aluno a escola como está pautando a educação nos tempos atuais. Assim as lutas dos movimentos sociais são indispensáveis para o fortalecimento das políticas públicas já existentes e a conquista de novas políticas que atendam as particularidades dos alunos do campo, pois é imenso o abismo entre a realidade e a prática quando se analisa os fatos ocorridos.

A análise dos dados expostos no decorrer do artigo, evidenciam algumas conquistas, porém muito ainda precisa ser reconstruído, pois nas últimas décadas teve um retrocesso na Educação do Campo devido aos inúmeros fechamentos das escolas. Ficando os alunos obrigados a utilizar transporte escolar precários para se deslocar do campo para a cidade, e isso desencadeia inúmeros riscos e desconfortos, que refletem no baixo rendimento escolar, repetência e evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. – Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA – Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. – Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). – Brasília, 2015.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – Brasília, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. – Brasília, 2008.

CALDART, Roseli Saete. **Elementos para construção do Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo**. ano 2, n. 2, 2004.

FONSECA, R. R. da; PAZ, S. L. da. **A Educação do Campo: história e perspectivas**. V Encontro de Acadêmicos de Pedagogia e Educadores – V ENAPE, v. 1, n. 1, 2012.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS P.; FÊLIX. **Cenário da Exclusão Escolar**. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Pnad 2019 p.11-19. Disponível em: <ibge.www.unicef.org>.

GEIPOT. Empresa Brasileira de Planejamento de Transporte. **Avaliação preliminar do Transporte Rural- Destaque para o segmento rural**. Brasília, DF. 1995.

GÓMEZ, A.I. Perez. **A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula**. In: PIRES, Angela Monteiro. Educação do campo como direito humano. São Paulo: Cortez, 2012.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/santa-helena-de-goias/panorama>>. Data de acesso: 11 de novembro de 2022.

MEPES. **Pedagogia da Alternância**. Disponível em: <<https://www.mepes.org.br/pedagogia-da-alternancia/>>. Data de acesso: 15 de setembro de 2022.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. M. **Riscos e potencialidades da expansão das Licenciaturas em Educação do Campo**. RBPAAE, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 805-828, 2016. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol32n32016.68577>.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. In: ANPAE, 2007, Rio Grande do Sul. Por uma Educação de qualidade para todos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

PORTAL MELHOR ESCOLA. **Escola na cidade de Santa Helena de Goiás**. Disponível em: <www.melhorescola.com.br>. Data de acesso: 11 de novembro de 2022.

SANTA HELENA DE GOIÁS. **História da cidade**. Disponível em: <<https://www.santahelena.go.gov.br/historia-da-cidade/>>. Data de acesso: 11 de novembro de 2022.

SANTOS, A. R. dos.; SILVA, G. J.; SOUZA, G. S. **Educação do Campo**. Ilhéus/BA: Editus, 2013.

UNICEF. **Cenário da Educação escolar no Brasil**. Disponível em: <unicef.org.br>. Data de acesso: 12 abril de 2019.

UNICEF. Fundo das Nações para a Infância. **Cenário da Exclusão Escolar no Brasil**. Abril, 2021.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: Tavares J, organizador. Resiliência e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 13-42.